



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 149/150

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... José Maria Ferreira  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 149***

#### ***27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	03
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	04
1ª Discussão .....	04
2ª Discussão .....	11
3ª Discussão .....	11
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>12</b>
<b>Publicações</b>	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas.....	12

### ***DIÁRIO Nº 150***

#### ***28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>20</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>20</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>20</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimento .....	20
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
2ª Discussão .....	21
1ª Discussão .....	21
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>22</b>
<b>Publicações</b>	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas .....	22
Atas de Comissões	
Orçamento .....	24
Finanças .....	24

# S U M Á R I O

## DIÁRIO Nº 149

### 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão .....	03
Expediente:	
Requerimentos .....	03

#### Ordem do Dia:

Leitura do Expediente .....	04
1ª Discussão .....	04
2ª Discussão .....	11
3ª Discussão .....	11

#### Encerramento da Sessão .....

#### Publicações

Comissão Executiva	
Indicações Legislativas.....	12

## DIÁRIO Nº 149

### 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(quinta-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados José Maria Ferreira e Geraldo Cartário.

#### Presenças:

Às dezenove horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães,

Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (50).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

#### Expediente:

#### Requerimentos

##### REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 548/06, item 10.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) ALEXANDRE CURI

##### REQUERIMENTO Nº 2931-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamiento:

Miltinho Pupio, Carlos Simões, Marcos Isfer e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 2930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inversão da Ordem do Dia, se possível. Já estou encaminhando à Mesa requerimento fazendo a solicitação.

## ***Leitura do Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2931-A, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Srs. Deputados Miltinho Pupio, Carlos Simões, Marcos Isfer e Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

## ***Discussão/Votação***

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/06, de autoria dos Deputados Renato Gaúcho e outros, instituindo Plano Facultativo Contributivo e Suplementar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 144/06, de 12.12.06, em Projetos de Lei).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 593/06**

**P A R E C E R :**

### **Preâmbulo**

O presente projeto visa instituir o plano de previdência suplementar ao Regime Geral de Previdência Social, no âmbito do Estado do Paraná.

### **Fundamentação**

As modificações implementadas no Sistema de Previdência Brasileiro, a partir da Emenda Constitucional de nº 20, impuseram clara delimitação quanto à estruturação de regimes previdenciários, reconhecendo como legitimados, compondo a previdência estatal básica, aquele instituído pela União, em favor de todo cidadão que desempenha uma atividade econômica formal, denominado Regime Geral de Previdência Social-RGPS, gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social, e aquele instituído pelos entes federados, em favor de seus servidores, titulares de cargos efetivos, composto pelos Regimes Próprios e denominado Regime Próprio de Previdência Social.

Nessa estruturação, o agente público detentor de mandato eletivo, que não seja titular de um cargo efetivo, está, obrigatoriamente, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. É o que se depreende da alteração efetivada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e sobre o artigo 12, inciso I, alínea “j”, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e estabelece o respectivo plano de custeio, segundo a qual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e, neste contexto, está obrigado à respectiva contribuição.

Além da alteração perpetrada na Lei nº 8.212/91, a referida Lei nº 10.887/04, em verdadeira redundância (já que a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC - havia incluído a alínea “h” ao artigo 11, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o plano de benefícios do Regime Geral) acrescentou a alínea “j”, segundo a qual “o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a Regime Próprio de Previdência Social é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social”. Neste contexto, não vemos espaço para que o Legislativo estadual possa instituir, em favor dos Deputados, um regime de previdência básico, desconsiderando a obrigatoria vinculação aos Regimes Geral ou Próprio de Previdência Social.

De outro viés, é de se considerar o fato de que, *a latere* da previdência estatal básica, o texto constitucional legitima - artigo 202 - a previdência complementar fechada e aberta -, com a ressalva de que os entes federados, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 40, do texto

constitucional, na redação ofertada pela Emenda 20, podem instituir regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

Como se vê, não há na regra constitucional previsão de previdência complementar para o Parlamentar. No entanto, tal omissão não implica em proibição. Isso porque o artigo 194 da Constituição Federal determina que, em seu aspecto amplo, a seguridade social deva compreender um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos - aí incluído o parlamento estadual - que, juntamente com a sociedade, devem assegurar os direitos relativos à previdência, determinando ainda, que o Poder Público, nos termos da lei, organize a seguridade social, com base na (I) universalidade da cobertura e do atendimento; (II) na uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; (III) na seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; (IV) na irredutibilidade do valor dos benefícios; (V) na equidade na forma de participação no custeio; (VI) na diversidade da base de financiamento; e (VII) no caráter democrático e descentralizado da administração, estabelecendo, ainda, que - artigo 195 - a Seguridade Social deva ser financiada, dentre outras formas, por contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, aí incluídos os parlamentares ou detentores de cargos eletivos, concluindo - artigo 195, parágrafo 5º - que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Em face dessas premissas é que entendemos legítima e constitucional a iniciativa de lei que objetive a instituição de um plano de previdência suplementar, destinado ao Parlamentar estadual, desde que, congregando os princípios da contributividade e do equilíbrio financeiro e atuarial, constitua-se em complemento à reposição ofertada pela previdência estatal básica, notadamente por meio de Regime Geral, gerido pelo INSS, ou por meio de Regime Próprio, no caso de Parlamentar detentor de cargo público efetivo.

#### **Conclusão**

Quanto a técnica legislativa o presente projeto apresentou-se de modo satisfatório.

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, por não haver óbice à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 593/06

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho e outros, institui Plano Facultativo Contributivo e Suplementar.

Após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça com relação à legalidade e constitucionalidade, vem a matéria à Comissão de Finanças para análise de seu mérito.

Analisando, verificamos ser necessária a correção de um descompasso criado pelo Regime Geral de Previdência Social, razão pela qual justifica esta proposta.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2005. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/06**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2005.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.12.05.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Nelson Garcia, Barbosa Neto, Durval Amaral e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 057/06

#### **P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a proposição acima trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná através do Balanço Consolidado do Estado do Paraná, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa e do Tribunal de Contas, relativa ao exercício financeiro de 2005, de acordo com o Processo nº 173.159/06-TC e Ofícios nºs 1.093/06 e 1.171/06.

A análise dos elementos apresentados revelou aspectos importantes, e este Relator decidiu acompanhar o Acórdão nº 764/06, que reza "...ACORDAM - Os membros do Tribunal Pleno, por unanimidade em: Aprovar o Parecer Prévio elaborado pelo Relator, Conselheiro Nestor Baptista, tendo em vista que o Balanço Geral do Estado do Paraná representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezem-

bro de 2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual, estando, assim, as Contas do Poder Executivo de responsabilidade do Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado, em condições de serem aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná...”, em 19 de junho de 2006 na 3ª Sessão Extraordinária do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com a presença dos Srs. Conselheiros: Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren e Fernando Augusto Mello Guimarães, os Srs. Auditores: Ives Zschoerper Linhares e Thiago Barbosa Cordeiro, mais o Sr. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Laerzio Chiesorin Júnior.

Face a tudo mais que do processo e seus anexos consta, verificando-se a plena legalidade das contas prestadas em sua execução financeira, não encontrando óbice algum do ponto de vista constitucional, legal e regimental, concluo pela aprovação da matéria em pauta.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 05.12.06

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2004. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/05

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 072/05

#### P A R E C E R :

Através do Ofício nº 1.116/05, datado de 14 de julho de 2005, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou à esta Casa de Leis, Protocolo nº 2576 de 15.04.05, o Parecer Prévio da prestação de contas do

Governo do Estado do Paraná em cumprimento ao artigo nº 87, inciso XI, da Constituição Estadual, que constituem o Balanço Consolidado, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa do Estado do Paraná, e Protocolo nº 5531 de 20.07.05, da prestação de contas do Tribunal de Contas do Paraná, do exercício financeiro de 2004.

Após estudo detalhado da matéria em epígrafe, conclue este Relator que as contas apresentadas encontram-se dentro dos aspectos econômicos e sociais corretos, evidenciando o desempenho real dos demonstrativos apresentados durante o exercício financeiro de 2004, atendendo o artigo 133 da Constituição Estadual e a Lei nº 14.276 de 29 de dezembro de 2003.

Isto posto, e pelas razões aferidas nos referidos relatórios, decide pelo parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do ano de 2004.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2002. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/05

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2002.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Barbosa Neto, Marcos Isfer e Antonio Anibelli.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 086/04

#### P A R E C E R :

Através do Ofício nº 515/03, datado de 04 de agosto de 2003, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder, os Pareceres Prévios da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, Protocolo nº 235.412/033-TC, referente ao exercício financeiro de 2002, em cumprimento ao artigo 87, inciso

XI, da Constituição Estadual, que constituem o Balanço Consolidado acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa do Estado do Paraná, e a prestação de contas do Tribunal de Contas do Paraná, do mesmo exercício.

Analisada a matéria em epígrafe, concluiu este Sr. Relator que as contas apresentadas encontram-se dentro dos aspectos econômicos e sociais, conforme Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/00, evidenciando o desempenho como um todo, no que diz respeito aos demonstrativos apresentados durante o exercício financeiro de 2002.

Pelo acima exposto, e pelas razões aferidas nos referidos relatórios, delibero pelo parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2002.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/05

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2003.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Barbosa Neto, Marcos Isfer e  
Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 036/05

#### P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 036/05, dando conhecimento da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, Protocolo nº 8120/04 e do Tribunal de Contas, Protocolo nº 12692-7/04, referentes às atividades realizadas no

exercício financeiro de 2003, através do Balanço Consolidado e Relatório de Execução Física do Orçamento Programa do Estado.

Considerando-se as proficientes análises expendidas à matéria, que atendem a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00, acatou este Relator a Resolução nº 3918/04 e o Parecer nº 4213/04-DATJ, exarados pelo douto Tribunal de Contas, por constatar que o todo e demais peças à ele anexadas, estão exatos, concluindo pelo parecer favorável.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Miguel Pedro Abib, o trecho da Rodovia PR-153, que liga o município de Irati ao município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/06, de 04.12.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 563/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dá denominação ao trecho rodoviário da PR-153, que liga os municípios de Irati a Rebouças.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 563/06

O artigo 1º do presente projeto passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Miguel Pedro Abib, o trecho da Rodovia PR-364, entre o município de Irati e o município de Água Quente.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Irineu Sachelli o trecho da Rodovia PR-532, que liga o município de Apucarana ao distrito de Guaravera. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/06, de 04.12.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 560/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dá denominação ao trecho rodoviário da PR-532, que liga o município de Apucarana ao Distrito de Guaravera.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que denomina de Domingos Massa, o trecho da Rodovia PR-466, compreendido entre o Distrito de São José, município de Jandaia do Sul e o município de Borrazópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/06, de 04.12.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 555/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo denominar o trecho da Rodovia PR-466, compreendido entre o Distrito de São José, município de Jandaia do Sul e o município de Borrazópolis, de Domingos Massa.

##### Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao*

*Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Secretaria Estadual de Transportes e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem verificou que o trecho mencionado não possui denominação, com o intuito de não ferir o artigo 1º da Lei Estadual nº 8761/88 que regulamenta:

*Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.*

##### Conclusão

Quanto à legalidade e constitucionalidade, o Projeto de Lei nº 555/06 não possui impedimento ao seu seguimento.

Assim, em razão da inexistência de denominação, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, inclui o artigo 257-A na Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 132/06, de 27.11.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 548/06

#### P A R E C E R :

##### Constitucionalidade e Legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Neste contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator



Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2931, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 548/06.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/06, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a remuneração mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado e dos Membros da Assembléia Legislativa, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 131/06, de 22.11.06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 545/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por fim regular a remuneração recebida pelo Governador do Estado, bem como do Vice-Governador e dos membros da Assembléia Legislativa.

##### Legalidade e Legitimidade

Como início, para uma melhor acepção do projeto ora em comento deve ser verificada quem detém a competência legislativa para tal intento. Para tanto, mister se faz consulta ao texto da Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 54 estabelece claramente a competência da Assembléia Legislativa para tratar do assunto:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*I -...*

*VI - fixar, por meio de lei, o subsídio dos Deputados Estaduais, à razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, parágrafo 4º, 57, parágrafo 7º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I, da Constituição Federal;*

*VII - fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III, e 153, parágrafo 2º, I, da Constituição Federal.*

Deste modo, temos que a iniciativa deste projeto está condizente com as normas constitucionais traçadas.

Indo além, o texto da Constituição Federal também deve ser arrolado para que sejam realizados maiores aprofundamentos. Começamos pela análise da remuneração do Governador do Estado:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I -...*

*XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivos e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;*

O projeto de lei obedece ao mandamento insculpido no texto constitucional, não ultrapassando o teto fixado pela Carta Maior, ou seja, do subsídio recebido por um Ministro do STF.

No que tange à remuneração dos membros da Assembléia Legislativa, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 54 (já retro transcrito), regula o assunto da seguinte forma:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*VI - fixar, por meio de lei, o subsídio dos Deputados Estaduais, à razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, parágrafo 4º, 57, parágrafo 7º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I, da Constituição Federal;*

Sobre a remuneração do Vice-Governador a Constituição Federal silencia acerca do tema, situação que ocorre também na Constituição do Estado do Paraná. Pois bem, como regra com a omissão dos textos magnos, abre-se azo para que os Estados exerçam essa competência residual.

Portanto, conclui-se que o presente projeto de lei em nada contraria ou fere quaisquer disposições legais.

A técnica legislativa, através da análise da Lei nº 95/98, mostra-se correta, nada havendo que possa ferir a formalidade buscada.

#### Conclusão

Assim, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que denomina de Geraldo Muller, o Terminal Rodoviário do Distrito da Roça Grande, no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06, de 16.05.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 248/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, tem como escopo denominar de Geraldo Muller, o Terminal Rodoviário do Distrito de Roça Grande, no município de Colombo.

#### Conclusão

Ante o exposto, é senão constitucional o Projeto de Lei nº 248/06, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que denomina de Ângelo Falavinha Dalprá o Terminal Rodoviário do Bairro Guaraituba, no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06, de 16.05.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 247/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, tem como escopo denominar de Angelo Falavinha Dalprá, o Terminal Rodoviário do Bairro Guaraituba, no município de Colombo.

#### Fundamentação

O referido projeto de lei, visa dar nome a um terminal rodoviário que pertence ao município de Colombo, tendo, portanto, legitimidade para dar nome a um bem que pertence a sua esfera de atuação.

#### Conclusão

Ante o exposto, é senão constitucional o Projeto de Lei nº 247/06, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). PARE-

CERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06.03.06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 061/06

P A R E C E R :

#### Da Matéria

O projeto em questão visa alterar a alíquota do ICMS incidente sobre a comercialização de telhas de aço galvanizado.

Justifica a propositura dando conta de procedimentos tributários adotados pelo Estado de São Paulo, que praticamente inviabiliza a sobrevivência dos fabricantes paranaenses.

#### Da Legitimidade e Constitucionalidade

A iniciativa encontra fulcro nos artigos 65 e 130 da Constituição Estadual.

#### Da Legalidade

Deve-se ressaltar que a matéria, sob o ponto de vista legal, deveria observar os ditames da LC 101/00, já que, em tese, representaria uma redução de receita, mas se observarmos que o projeto em análise visa, exatamente, proteger o mercado para os produtos elencados, vislumbra-se de pronto que o efeito da diminuição de alíquota será o de aumentar a arrecadação, motivo pelo qual entendendo estar superada a exigência e plenamente legal a proposta.

#### Conclusão

Pelos motivos expostos, sou pela regular tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 61/06

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 61/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, altera para 12% a alíquota de ICMS incidente sobre a comercialização de telhas de aço galvanizado.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da lavra do Deputado Relator Reni Pereira.

#### Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza constitucional e legal, tendo em vista que concede redução de alíquota de ICMS e não está acompanhado do impacto orçamentário, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 14:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa*

*do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionando no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique em redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.*

O presente projeto está desacompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como não apresenta medidas de compensação para a renúncia de receita proposta.

Diante desta situação e a fim de atender a motivação social do projeto, entendemos que o mesmo deve ser baixado em diligências junto à Secretaria de Estado da Fazenda para que esta se manifeste sobre a sua viabilidade.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, requero que seja oficiada a Secretaria de Estado da Fazenda para que esta analise o projeto e elabore um parecer quanto a viabilidade econômica do mesmo.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 061/06

P A R E C E R :

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria da ilustre Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/06 (ICMS -telha de aço galvanizado).

#### **Fundamentação**

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de

Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

#### **Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, institui-se o cadastro obrigatório estadual das fontes geradoras de radioatividade e afins. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral.**

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/06, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2007. PARECER FAVORÁVEL DA CO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 052/06, que objetiva criar o Fundo Judiciário, destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que denomina Rodovia Antonio Anibelli, a PR-662, trecho que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2930, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 561, 564, 568, e 573/06.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Comissão Executiva****Indicações Legislativas**

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 230

Autoria: Deputado Ailton Araújo

**SÚMULA:**

Sugere a realização de exames oftalmológicos nas escolas públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Deputado Estadual Ailton Araújo REQUER a esta Casa, a aprovação da presente indicação que sugere ao Poder Executivo a realização de exames oftalmológicos nas escolas públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências, no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto a seguir:

1. os alunos matriculados na Rede Pública Estadual de ensino, ao início de cada ano letivo, serão submetidos, gratuitamente a exames oftalmológicos, pela Secretaria de Estado da Saúde.

2. As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde poderão firmar convênios com as instituições da área de Saúde legalizados, privados ou de qualquer nível de Governo, para a realização dos exames.

3. As Secretarias referidas no artigo anterior procederão, no prazo de cento e vinte dias, a regulamentação da presente lei.

4. As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, devendo previsões orçamentárias futuras contemplarem recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

5. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 04.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

As deficiências oculares podem, quando detectadas a tempo, serem curadas, no todo ou em parte.

O que tem ocorrido, é que os próprios pais não conseguem detectar a deficiência parcial ocular de seus filhos.

Os professores também, pois lecionam em classes repletas de alunos e com isso nem sempre percebem que o aluno está enxergando mal, e que por isso não está acompanhando as aulas e conseqüentemente se atrasando em relação aos seus colegas.

Quando o professor consegue perceber, muitas vezes, meses se passaram, causando sérios prejuízos ao aluno.

Assim, esta proposta visa o benefício do aluno, que ao início de cada ano letivo deverá passar pelos exames e uma vez detectado o problema, se providenciado o tratamento adequado, obtendo, senão a solução, amenizar os efeitos.

Por estas razões, peço e espero aprovação de meus Pares.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 231

Autoria: Deputado Ailton Araújo

Sr. Governador:

O Deputado Ailton Araújo sugere a V. Exa. a implantação do Programa de Informática para Adolescentes na Rede Pública no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica:

Art. 1º O Poder Executivo do Estado do Paraná implantará na Rede Estadual de Ensino o funcionamento de Programa de Informática para Adolescentes de doze a dezesseis anos nos horários inversos aos de aula.

Art. 2º Os adolescentes beneficiados deverão estar matriculados na Rede Pública de Ensino e assistindo aulas regularmente.

§ 1º Os beneficiados deverão ser pessoas de baixa renda;

§ 2º A inscrição deverá ser na própria escola que o adolescente estuda.

Art. 3º O Poder Público poderá firmar parceria com Entidades, Empresas Privadas ou Organizações não Governamentais, para obtenção de recursos ou equipamentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da criação e vigência desta lei correrão por conta da dotação orçamentária, suplementada se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 24.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da propositura é atender o Estatuto da Criança que visa criar mecanismos que possibilitem à população carente tirar seus filhos da ociosidade, da falta de condições de concorrer no mercado de trabalho com jovens da classe média em que os pais podem pagar diversos cursos extra-curriculares. Nas famílias mais pobres, tanto o pai como a mãe trabalham fora e as crianças só ficam meio período na escola, passando o restante do tempo sem fazer nada.

Conforme o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, menores de dezesseis anos não podem ingressar no mercado de trabalho, e com isso ficam à mercê de marginais e drogados que tentam levá-los à criminalidade. Hoje, praticamente todas as escolas da Rede Pública possuem sua sala de informática, com as aulas sendo ministradas durante o próprio período letivo, deixando de ter um número maior de aulas curriculares.

Com a implantação do Programa, a criança estudaria num período e passaria parte do outro período no laboratório de informática, com um aproveitamento muito maior, aprendendo os macetes desta nova e necessária profissão, tendo condições de competir em igualdade no concorrido mercado de trabalho.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 232

Autoria: Deputado Augustinho Zucchi

#### SÚMULA:

Propõe à Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) implantação de energia elétrica.

Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Dr. Rubens Ghilardi

O Deputado Augustinho Zucchi vem respeitosa-mente à presença de V. Exa. para expor e reivindicar:

I - a implantação imediata de energia elétrica para beneficiar mais de 150 famílias do assentamento Anjo da Guarda, situado na comunidade de Morro Alto, município de Manguierinha.

II - o assentamento Anjo da Guarda já possui seus lotes medidos e distribuídos igualitariamente entre os assentados, que há mais de oito anos estão produzindo e aguardam pela titulação dos lotes pelo Governo do Estado, para adquirirem legalidade de acesso ao crédito rural e outros incentivos necessários à produção.

Todos sabemos que a energia elétrica é uma necessidade básica para o homem do campo que necessita diversificar sua produção como a pecuária leiteira, apicultura, avicultura, criação de pequenos animais e o processo de agroindustrialização da matéria-prima, entre outros.

Diante do exposto, solicitamos urgentes providências por parte de V. Exa. para acesso desses pequenos produtores à energia elétrica que sem dúvida, irá viabilizar a propriedade e melhorar a qualidade de vida de nossos agricultores.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 23.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 233

Autoria: Deputado Reni Pereira

#### SÚMULA:

Requer envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sugerindo que o TCE oriente as Prefeituras Municipais a contratarem táxis ao invés de alugarem veículos para o transporte de funcionários públicos em deslocamentos.

Exmo. Sr. Presidente:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que segue:

I - O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que o TCE oriente as Prefeituras Municipais a firmarem convênios com os motoristas de táxis para o transporte de funcionários públicos em deslocamento ao invés de alugarem veículos, justificando a economia de recursos e a rapidez do transporte, sem contar que o dinheiro ficará no próprio município. Este exemplo de valorização e economia já está sendo praticado e dando resultados positivos no município de Foz do Iguaçu, onde a Prefeitura Municipal celebrou convênio com os taxistas e os mesmos estão prestando serviços aos órgãos do município.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 23.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

O reconhecimento destes profissionais do volante e a busca da ampliação do campo de trabalho para esta dedicada categoria, é necessária para ampliar a geração de rendas dos taxistas e conseqüentemente melhorias à condição de vida dos mesmo e de suas famílias.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 234**

Autoria: Deputado Tadeu Veneri

**SÚMULA:**

Indica ao Detran do Paraná, a criação de programas de parceria com os municípios para ceder veículos aos Conselhos Tutelares.

Exmo. Sr. Diretor do Detran do Paraná:

O Deputado Tadeu Veneri dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que segue:

I - O Deputado Tadeu Veneri indica ao Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, a realização de parcerias com os municípios para ceder veículos apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, a serem utilizados pelos conselheiros tutelares dos municípios, no exercício de suas atividades.

O Detran do Paraná poderá firmar, ainda, parcerias com o Governo Federal para ampliar o alcance de tal medida.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 23.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo é oportunizar aos municípios que tenham melhor estrutura a ser utilizada pelos conselhos tutelares na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

É inegável que a adoção de tal medida deve respeitar o direito constitucional de propriedade daqueles que tiveram seus veículos apreendidos.

É possível, ainda, a realização de parcerias com órgãos do Governo Federal e outros órgãos do Governo Estadual.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 235**

Autoria: Deputada Luciana Rafagnin

**SÚMULA:**

Sugere ao Governo do Estado a criação da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná e adota outras providências.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

A Deputada Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que segue:

Art. 1º Sugere ao Governo do Estado a criação da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, composta de cargos de igual denominação.

Art. 2º São transformados em cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária 155 (cento e cinquenta e cinco) cargos efetivos de Agente Profissional/Função Engenheiro Agrônomo, 235 (duzentos e trinta e cinco) cargos efetivos de Agente Profissional/Função Médico Veterinário e 1 (um) cargo efetivo de Agente Profissional/Função Biólogo, pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, que atualmente prestam serviços no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis/Seab.

Art. 3º São requisitos para a transformação prevista no artigo 2º desta lei.

I - estar lotado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis/Seab;

II - estar desempenhando no Defis/Seab atividades de controle, registro, inspeção, apoio laboratorial, vistoria, fiscalização, educação sanitária ou defesa agropecuária nos 03 (três) últimos anos, retroagindo a partir da data de publicação desta lei.

Parágrafo único. Não se aplicam os requisitos deste artigo aos servidores lotados no Defis/Seab:

I - dele afastados para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal.

II - dele afastados para o exercício de mandato eletivo ou sindical.

Art. 4º Ficam criados na estrutura organizacional do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis, 117 (cento e dezessete) cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária, sendo 38 (trinta e oito) para o Engenheiro Agrônomo e 79 (setenta e nove) para Médico Veterinário.

Artigo 5º Os ocupantes dos cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária têm por atribuições:

I - a coordenação, a execução e a normatização das políticas de defesa sanitária animal, vegetal e dos recursos naturais;

II - a fiscalização do uso dos insumos agropecuários, visando à defesa do estado sanitário dos animais e vegetais e à proteção dos recursos naturais;

III - a fiscalização da produção, transporte e comércio de insumos e produtos agropecuários, desde a origem até os pontos de escoamento do território estadual;

IV - a identificação de animais, bem como o rastreamento, a avaliação de conformidade e as certificações sanitárias e de origem dos animais, vegetais e seus produtos;

V - a fiscalização da inspeção nos matadouros e demais estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal e de origem vegetal;

VI - o planejamento, a execução e a divulgação de medidas educativas, visando à defesa dos recursos naturais e sanitária dos animais e dos vegetais;

VII - a realização dos registros e controle dos documentos gerados pela fiscalização e defesa agropecuária;

VIII - a execução de medidas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças que acometem os animais e os vegetais;

IX - a realização de exames laboratoriais nas áreas animal, vegetal e alimentar;

X - a execução de ações conjuntas com órgãos e entidades do setor público e do setor privado, em parceria ou por delegação oficial, visando à sanidade animal e vegetal, e o uso correto dos recursos naturais;

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Fiscal da Defesa Agropecuária em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 6º A carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, será estruturada em classe única, com dezessete níveis salariais, conforme tabela de vencimentos básicos, constante do Anexo Único desta lei.

Art. 7º Aos médicos veterinários, engenheiros agrônomos e biólogo de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei, é assegurado o direito de optarem pela permanência no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

§ 1º O exercício desse direito deverá ser realizado através de requerimento ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, encaminhado no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

§ 2º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção, o Poder Executivo baixará Decreto redistribuindo os integrantes desta carreira na tabela salarial constante do Anexo Único, de acordo com o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, contado para todos os efeitos legais, nas carreiras anteriores de engenheiro agrônomo, médico veterinário e biólogo, na vigência das Leis nº 7.424/80 e nº 13.666/02.

§ 3º Estende-se as disposições desta lei aos servidores inativos e geradores de pensão, lotados no Defis que solicitaram aposentadoria durante o exercício das funções de fiscal.

Art. 8º Os Fiscais da Defesa Agropecuária, regidos por esta lei, ficam enquadrados na presente carreira, no nível correspondente ao previsto no parágrafo 2º do artigo 7º desta lei, da seguinte forma:

I - ficam enquadrados no Nível 1, os atuais servidores que contem com 1 (um) a 3 (três) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

II - ficam enquadrados no Nível 2, os atuais servidores que contem com 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de ser-

viço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

III - ficam enquadrados no Nível 3, os atuais servidores que contem com 6 (seis) a 7 (sete) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

IV - ficam enquadrados no Nível 4, os atuais servidores que contem com 8 (oito) a 9 (nove) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

V - ficam enquadrados no Nível 5, os atuais servidores que contem com 10 (dez) a 11 (onze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VI - ficam enquadrados no Nível 6, os atuais servidores que contem com 12 (doze) a 13 (treze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VII - ficam enquadrados no Nível 7, os atuais servidores que contem com 14 (quatorze) a 15 (quinze) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

VIII - ficam enquadrados no Nível 8, os atuais servidores que contem com 16 (dezesesseis) a 17 (dezessete) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

IX - ficam enquadrados no Nível 9, os atuais servidores que contem com 18 (dezoito) a 19 (dezenove) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

X - ficam enquadrados no Nível 10, os atuais servidores que contem com 20 (vinte) a 21 (vinte e um) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XI - ficam enquadrados no Nível 11, os atuais servidores que contem com 22 (vinte e dois) a 23 (vinte e três) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XII - ficam enquadrados no Nível 12, os atuais servidores que contem com 24 (vinte e quatro) a 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XIII - ficam enquadrados no Nível 13, os atuais servidores que contem com 26 (vinte e seis) a 28 (vinte e oito) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XIV - ficam enquadrados no Nível 14, os atuais servidores que contem com 29 (vinte e nove) a 31 (trinta e um) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XV - ficam enquadrados no Nível 15, os atuais servidores que contem com 32 (trinta e dois) a 34 (trinta e quatro) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XVI - ficam enquadrados no Nível 16, os atuais servidores que contem com 35 (trinta e cinco) a 37 (trinta e sete) anos de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

XVII - ficam enquadrados no Nível 17, os atuais servidores que contem com 38 (trinta e oito) anos ou mais, de serviço prestado ao Estado, contados para todos os efeitos legais;

Art. 9º Não se aplica aos Fiscais da Defesa Agropecuária o disposto no artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, por se tratar de atividade insalubre, perigosa, penosa, com risco de vida e com dedicação exclusiva.

Art. 10. A promoção funcional, passagem do servidor de um nível salarial para outro, dar-se-á por merecimento e por antigüidade, ficando limitada a um nível salarial da tabela constante do Anexo Único, por modalidade.

Art. 11. As promoções por merecimento e por antigüidade não ocorrerão no mesmo ano.

Parágrafo único. Quando houver coincidência de datas nas duas modalidades de promoção, será aplicada a promoção por antigüidade.

Art. 12. A primeira promoção por merecimento ocorrerá após 2 (dois) anos da publicação desta lei, cujo mês servirá de data-base para as próximas progressões.

Parágrafo único. A promoção por merecimento ocorrerá a cada 2 (dois) anos, aferido por meio de avaliação de desempenho, meritório e qualificação. Por este critério serão contemplados no máximo 40% (quarenta por cento) e no mínimo 20% (vinte por cento), do quadro efetivo desta carreira, entre os que atingirem maior pontuação.

Art. 13. Não poderá concorrer à promoção por merecimento o servidor que estiver:

- I - em licença sem vencimentos;
- II - cedido para outro órgão público, com ou sem ônus;
- III - sido condenado em definitivo em qualquer das penas disciplinares previstas no artigo 291, da Lei nº 6.174/70;
- IV - fazendo curso de pós-graduação, com qualquer afastamento do serviço;
- V - em estágio probatório;
- VI - em disponibilidade;
- VII - com menos de 2 (dois) anos de efetivo exercício no nível cuja promoção ocorreu por merecimento; e
- VIII - afastado para mandato eletivo ou sindical.

Art. 14. O instrumento para a promoção por merecimento será desenvolvido, regulamentado e aprovado por decreto, no prazo máximo de 6 (seis) meses após a publicação desta lei.

Art. 15. A primeira promoção por antigüidade, ocorrerá após 3 (três) anos da publicação desta lei, cujo mês servirá de data-base para as próximas progressões.

Parágrafo único. A promoção por antigüidade ocorrerá a cada 3 (três) anos, contemplando todos os servidores do quadro efetivo da carreira.

Art. 16. O servidor que for confirmado no cargo efetivo, após cumprir o estágio probatório, receberá 01 (um) nível, na data da confirmação, a título de progressão por antigüidade.

Art. 17. Não poderá concorrer à promoção por antigüidade o servidor que estiver:

- I - em licença sem vencimentos;
- II - cedido para outro órgão público, sem ônus para a origem;
- III - afastado para mandato eletivo sem ônus para a origem;
- IV - em estágio probatório;
- V - em disponibilidade; e
- VI - com menos de 03 (três) anos de efetivo exercício no nível cuja promoção ocorreu por antigüidade.

Art. 18. Os valores das funções gratificadas, definidas no regulamento do DEFIS/SEAB, passam a ter os seguintes valores:

- I - a gratificação para o exercício da função de Chefe de Divisão, corresponde a 30% (trinta por cento) do vencimento do nível inicial da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária;
- II - a gratificação para o exercício da função de Chefe de Seção, corresponde a 70% (setenta por cento) do valor da gratificação do Chefe de Divisão.

Art. 19. As funções gratificadas da estrutura organizacional do DEFIS, serão exercidas exclusivamente por detentores de cargos efetivos de Fiscal da Defesa Agropecuária.

Art. 20. Os Fiscais da Defesa Agropecuária só poderão ser cedidos com ônus para a origem, quando forem exercer cargo de provimento em comissão da estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado do Paraná. Nos demais casos, somente sem ônus para a origem.

Art. 21. Fica expressamente proibido aos fiscais a que se refere esta lei, o exercício de atividades particulares correlatas às fiscalizadas pelo DEFIS/SEAB ou de natureza que conflite com seus princípios e objetivos institucionais.

Art. 22. O Fiscal da Defesa Agropecuária, no exercício de suas funções, terá livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados e outros produtos constantes do artigo 5º desta lei, além de arquivos,



eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições, podendo efetuar sua inutilização, retenção ou apreensão quando for o caso.

§ 1º Para efeito deste artigo, o Fiscal da Defesa Agropecuária, no exercício de suas funções, terá igualmente acesso a veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, as mercadorias ou produtos referidos no *caput* deste artigo.

§ 2º Sem prejuízo dos direitos que a lei assegura ao servidor em geral, são prerrogativas do Fiscal da Defesa Agropecuária:

I - requisitar o auxílio de força pública estadual ou municipal, sempre que for necessário para o perfeito desempenho de suas funções.;

II - direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como de livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimento, no exercício de suas atribuições.

Art. 23. Ao Fiscal da Defesa Agropecuária, será assegurada assistência jurídica pelo Estado, quando sofrer ação judicial em decorrência do exercício de sua função.

Art. 24. Fica conferido ao Fiscal da Defesa Agropecuária o poder de polícia administrativa para execução das ações de controle, vigilância, defesa, inspeção, certificação, classificação, credenciamento e fiscalização correlata às atividades de defesa agropecuária.

Art. 25. A jornada de trabalho dos Fiscais da Defesa Agropecuária, será de 40 (quarenta) horas semanais, com jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, sendo 4 horas no período matutino e 4 horas no período vespertino, em regime de tempo integral, sob dedicação exclusiva.

Parágrafo único. O trabalho fora do expediente normal ou aos sábados, domingos e feriados será ressarcido, desde que esteja relacionado a:

I - emergências sanitárias e que não prescindam da ação do Defis;

II - fiscalizações sanitárias em postos ou barreiras fixas ou móveis;

III - eventos agropecuários calendarizados que exijam a presença do Defis.

Art. 26. O provimento nos cargos descritos nesta lei dar-se-á no nível inicial da tabela de vencimentos básicos, atendendo os seguintes requisitos:

I - existência de vaga no cargo;

II - aprovação em concurso público de provas e títulos;

III - registro profissional regular no conselho de classe;

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A inspeção médica realizada pela perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso do servidor, devendo integrar a inspeção, o exame psicológico, os quais terão caráter eliminatório.

Art. 27. O tempo de serviço prestado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis/Seab, no exercício da atividade funcional de fiscal, na vigência das Leis nº 7.424/80 e nº 13.666/02, será computado como de efetivo exercício na nova carreira no novo cargo de Fiscal da Defesa Agropecuária, em que se dará a aposentadoria, consoante estatui inciso III do artigo 40 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e alterações.

Art. 28. O regime jurídico dos integrantes da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária é o definido no Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná, estabelecido pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e alterações, observado o disposto nesta lei.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 30.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS - CARREIRA DE FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Nível	Valor (R\$)	Anos (Enquadramento)
01	4.266,28	01-02-03
02	4.415,60	04-05
03	4.570,15	06-07
04	4.730,10	08-09
05	4.895,66	10-11
06	5.385,22	12-13
07	5.573,70	14-15
08	5.768,78	16-17
09	5.970,69	18-19
10	6.179,67	20-21
11	6.395,95	22-23
12	6.619,81	24-25

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS - CARREIRA DE FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Nível	Valor (R\$)	Anos (Enquadramento)
13	6.851,51	26-27-28
14	7.091,31	29-30-31
15	7.339,50	32-33-34
16	7.596,39	35-36-37
17	7.862,26	38-39-40

**JUSTIFICATIVA:**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) determinou uma nova ordem no cenário internacional e que teve como consequência dois aspectos importantes: o enfraquecimento das barreiras comerciais entre os países, e notadamente, a valorização e o fortalecimento dos aspectos fitossanitários (ou barreiras fitossanitárias e zoossanitárias) como fatores determinantes nas trocas comerciais entre os países do mundo.

Praticamente todos os demais Estados da Federação já criaram agências, institutos, companhias e secretarias agrupando os profissionais de fiscalização e defesa agropecuária, em carreiras e o Paraná, um Estado reconhecido por ter uma agropecuária modelo para o país, não pode prescindir de uma defesa e fiscalização agropecuárias efetiva, pública e em condições de garantir o futuro da sua base socioeconômica.

Esperamos contar com o poder do Governo do Paraná de dispor sobre a matéria, promovendo a modernização do sistema de fiscalização e defesa agropecuária, suplantando supostos constrangimentos que entravam a implantação de um novo princípio, novo modelo e nova técnica de gestão a essa importante área de Serviço Público, criando a carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, dotando o Estado com um Serviço Público de fiscalização e defesa agropecuária profissional eficiente.

Esperamos por fim contar com o apoio de todos os nobres Pares para que possamos aprovar este projeto de indicação, bem como sugerir ao Governo do Estado do Paraná que envie a esta Casa de Leis, de forma urgente, projeto de lei neste sentido.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 236**

Autoria: Deputado Reni Pereira

**SÚMULA:**

Sugere que, na hipótese de transformação de UEG - Usina Termoelétrica de Araucária, em "flex" - o segundo combustível seja, necessariamente, o álcool carburante.

Exmo. Sr. Presidente da Copel:

O Deputado Reni Pereira, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente Indicação Legislativa, com sugestão à Copel de que, após a sua aquisição e possível transformação da UEG - Usina Termelétrica de Araucária em "flex" ou bicomcombustível, conforme divulgações recentes, seja adotado como combustível alternativo o álcool carburante.

Tal sugestão funda-se na hipótese, muito provável, de que o gás boliviano torne-se caro e inviabilize o funcionamento originário da referida indústria, obrigando o uso de combustível alternativo. Em assim sendo, nada mais justo que o álcool carburante seja o escolhido, em função da geração de milhares de novos empregos, geração de mais impostos, além de ser ecologicamente mais apropriado - por tratar-se de energia renovável.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 30.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 237**

Autoria: Deputado Neivo Beraldin

**SÚMULA:**

O Deputado que subscreve, sugere a introdução da matéria sobre o "Legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal", na disciplina de Sociologia, constante na grade curricular do Ensino Médio de 2º Grau.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Neivo Beraldin, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - incluir na disciplina de Sociologia a matéria "Legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal", como forma de disseminar o conhecimento a partir do ensino médio do 2º Grau;

II - a finalidade desse instrumento de Indicação Legislativa é ampliar a difusão do conhecimento e atribuições do Legislador, notadamente com referência aos aspectos práticos da atividade legislativa;

III - oferecer aos alunos do Ensino Médio elementos para a compreensão dos problemas que os legisladores enfrentam cotidianamente, tanto a nível individual quanto social, portanto, político. É urgente ressaltar e desenvolver com os alunos a conscientização da necessidade dos meios de participação de uma sociedade pautada pela democracia representativa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 30.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 238  
Autoria: Deputado Augustinho Zucchi

SÚMULA:

Propõe à Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, prorrogação das parcelas do Programa Luz no Campo.

Exmo. Sr. Diretor Presidente da Copel

O Deputado Augustinho Zucchi dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - todos sabemos que a agricultura nacional enfrenta mais uma crise agravada pelas intempéries e outros adventos como: a febre aftosa, a gripe aviária, a questão cambial com crescente queda nos preços dos produtos agrícolas. Este quadro é, decorrente da improvisação das políticas públicas adotadas em

nosso país, que historicamente não reconhecem a importância da nossa agropecuária para a economia do país. Sem a decisão política de que a agricultura é uma questão de segurança nacional, ficamos sempre à mercê do mercado. Por isso, sem preço, sem segurança e planejamento para produzir, vamos alternando períodos de crise, o que dificulta aos nossos produtores rurais cumprirem integralmente com seus compromissos nos prazos estabelecidos;

II - diante do exposto acima, vimos à presença de V. Sa. para solicitar a prorrogação pelo prazo de 02 (dois) anos, da parcela vincenda no ano de 2006, do Programa Luz no Campo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 07.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário



# SUMÁRIO

## DIÁRIO Nº 150

## 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

### SUMÁRIO

Mesa Executiva .....	20
Presenças .....	20
Abertura da Sessão .....	20
Expediente:	
Requerimento .....	20
Ordem do Dia:	

Discussão/Votação	
2ª Discussão .....	21
1ª Discussão .....	21
Encerramento da Sessão .....	22
Publicações	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas .....	22
Atas de Comissões	
Orçamento .....	24
Finanças .....	24

## DIÁRIO Nº 150

## 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(quinta-feira)

### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

### Presenças:

Às vinte horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpeolini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes

da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (50).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### Expediente:

### Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.06.  
(a) GERALDO CARTÁRIO

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ***2ª Discussão***

##### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/06, de autoria do Deputado Renato Gaúcho e outros, que institui o Plano Facultativo Contributivo e Suplementar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ***1ª Discussão***

##### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Conselheiro Kielse Crisóstomo da Silva, o trecho da rodovia PR-092, que liga o município de Curitiba ao município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/06, de 04/12/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 561/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dá denominação a trecho da rodovia PR 092, que liga os municípios de Curitiba a Rio Branco do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

##### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia José Amim Maia, o trecho da rodovia PR-451,

compreendido entre a ponte do Rio Alonso e o entroncamento do Distrito de João Vieira, no município de Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/06, de 04/12/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 564/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dá denominação a trecho da rodovia PR-451, entre o Distrito de João Vieira e o município de Faxinal

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

##### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/06, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Cida Borghetti, denomina-se Rodovia Silvino Fernandes Dias, o trecho da rodovia PR-323, entre Maringá até a ponte sobre o Rio Ivaí, no município de Dr. Camargo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/06, de 05/12/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 568/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, tem por objetivo denominar trecho da Rodovia 323.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável na forma de emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 14.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 568/06

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 568/06, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rodovia Silvino Fernandes Dias, o trecho da Rodovia 323, entre os municípios de Maringá e Paissandu.”

Sala das Comissões, em 14.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, denomina-se Rodovia Deputado Valmor Giavarina, o trecho da rodovia PR-453, que liga o município de Borrazópolis até o entroncamento da PR-272 no município de Cruzmaltina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/06, de 06/12/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 573/06

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, tem por objetivo denominar trecho da rodovia 453.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, não existindo óbice de natureza constitucional ou legal.

Sala das Comissões, em 14.12.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2927, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 15, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 563 e 568/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 555 e 560/06.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações******Comissão Executiva******Indicações Legislativas***

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 239  
Autoria: Deputado Reni Pereira

**SÚMULA:**

Sugere o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda - Dr. Heron Arzua, com

sugestões de alteração da Lei nº 8927 de 28.12.88 - Lei do ITCMD.

Exmo. Sr. Secretário:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente indicação contendo:

I - a sugestão de alteração da lei de regência do Imposto Sobre a Transmissão *causa mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, que vige deste 1988, sem qualquer aperfeiçoamento ou inovação que lhe conceda um caráter modernizante e mais justo, obedecidos os princípios constitucionais, especialmente o da capacidade contributiva, já que no formato atual da lei citada há um flagrante desrespeito ao mencionado princípio.

II - Sugerimos então, que se verifique a inclusão da progressividade, aos moldes do atual ICMS, até o máximo de 4%, assim como um abatimento de um percentual a ser estudado e fixado nas hipóteses em que os bens ou direitos estiverem gravados por dívidas reais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 13.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

A modernização da política tributária no âmbito estadual é necessária e urgente. O ITCMD carece de uma reforma que lhe empreste um caráter mais justo. A progressividade e a fixação de uma base de cálculo ajustada, face os efeitos de dívidas sobre os bens e direitos, são dois exemplos claros desta possibilidade.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 240**

Autoria: Deputado Reni Pereira

**SÚMULA:**

Sugere o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde - Dr. Cláudio Murilo Xavier, com sugestão de implantação de uma Unidade de Saúde para Atenção Integral à Mulher e à Criança, nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra.

Senhor Secretário:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente indicação contendo a sugestão de implantação de uma Unidade de Saúde para Atenção à Mulher e à Criança, nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, independentemente do IDH dessas cidades, tendo em vista tratarem-se de municípios localizados em zonas de fronteira, cujas complexidades e problemas da saúde pública são por demais

conhecidas e com índices de mortalidade superiores à média estadual.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 19.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de um programa de alta relevância e cujos nobres objetivos estão em consonância com a política de saúde em desenvolvimento nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, nada mais justo que se implante a referida Unidade nessas cidades, buscando a conjugação de forças para superar os terríveis efeitos da falta de assistência específica à mulher e à criança.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 241

Autoria: Deputado Reni Pereira

#### SÚMULA:

Sugere o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda - Dr. Heron Arzua, com sugestões de alteração da legislação, visando a diminuição da carga tributária incidente sobre os insumos do transporte coletivo.

Senhor Secretário:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente Indicação contendo a sugestão de alteração da legislação que regula o ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, concedendo redução da base de cálculo ou isenção parcial às saídas de peças e componentes, pneus e, principalmente, combustíveis, quando destinados ao transporte coletivo de passageiros.

As sugestões aqui contidas, certamente contribuirão para o balizamento de tarifas mais justas e adequadas ao poder aquisitivo do trabalhador paranaense, que consome grande parte de seus rendimentos com o custo do transporte coletivo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 20.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A modernização da política tributária no âmbito estadual é necessária e urgente. As tarifas do transporte coletivo são fortemente impactadas pelos custos embutidos, principalmente os impostos indiretos incidentes sobre os insumos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 242

Autoria: Deputado Tadeu Veneri

#### SÚMULA:

Indica ao Chefe do Executivo a organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

1 - O Deputado Tadeu Veneri indica ao Executivo Estadual que encaminhe ao Legislativo Estadual do Paraná, projeto de lei complementar dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

2 - A proposição atenderá ao disposto nos artigos 127 e 128 da Constituição Estadual, bem como ao disposto nos artigos 133 a 135 da Constituição Federal, de forma a atender às reais necessidades da população do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 27.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 128 da Constituição Estadual determina que projeto de lei complementar organizará a defensoria pública.

A Constituição Estadual e Constituição Federal incluem a Defensoria Pública dentre aquelas funções essenciais à Justiça. É inegável a onerosidade de honorários advocatícios e custas processuais e que esta situação exclui milhares de paranaenses da tutela jurisdicional para seus direitos.

As longas filas de espera que se formam nos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito ou nas prefeituras buscando algum tipo de assistência jurídica gratuita. São casais que procuram regularizar sua situação jurídica quando o fim do amor já determinou o fim da sociedade conjugal. São mães que procuram apoio para que seus filhos e filhas tenham preservado seus direitos constitucionais quando processados na esfera criminal. Questões que para muitos são simples, para outras tornam intermináveis por falta de dinheiro para custear um processo. O Estado também não oferece este serviço aos milhares de cidadãos que precisam deste apoio como precisam dos serviços do SUS, da escola pública em todos os níveis, dentre outros.

A organização da Defensoria Pública deve ser resultado de um amplo processo de discussão com a sociedade.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 243

Autoria: Deputado Tadeu Veneri

#### SÚMULA:

Indica ao Chefe do Executivo a criação de comitê para solucionar conflitos decorrentes de concursos públicos no Estado do Paraná, na forma orientada pela CCJ.

Sr. Governador:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri indica ao Executivo Estadual a criação, no âmbito da Administração Pública Estadual, do Comitê Técnico para solu-

cionar conflitos decorrentes de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná, na forma dos demais artigos:

Art. 1º O Comitê Técnico, terá por objetivo solucionar os conflitos decorrentes da interpretação dos editais de concursos públicos realizados pelo Estado do Paraná, bem como procedimentos relativos à convocação, habilitação, nomeação e investidura do cargo.

Art. 2º O comitê receberá, analisará e decidirá sobre todos os recursos interpostos por candidatos desde a publicação do Edital até o término da validade do concurso público.

Art. 3º O comitê será formado por sete integrantes, obedecendo a seguinte composição:

I - um representante do Executivo Estadual indicado pelo Governador, preferencialmente da Secretaria para a qual está sendo realizado o concurso;

II - um representante da Comissão Executiva do concurso público;

III - um representante da Procuradoria Geral do Estado, designado pelo Procurador Geral do Estado;

IV - um representante da entidade de classe dos servidores estaduais do cargo ou dos cargos para os quais está sendo realizado o concurso público;

V - um representante do Ministério Público Estadual designado pelo Procurador-Geral de Justiça do Paraná;

VI - um representante da Assembléia Legislativa do Paraná;

VII - um representante do Conselho Regional Profissional ou, na inexistência deste, um representante da entidade de classe representativa dos servidores públicos ocupantes do cargo para o qual está sendo feito o concurso.

Art. 4º A composição do comitê e seus integrantes serão divulgados no mesmo instrumento convocatório do concurso público.

Art. 5º Fica vedada a participação de uma mesma pessoa em mais de um comitê quando estiverem em funcionamento ao mesmo tempo.

Art. 6º A interposição de recursos junto ao comitê não exclui o direito de recorrer ao Poder Judiciário.

Art. 7º Os procedimentos a serem adotados para indicação dos integrantes do comitê, funcionamento e os demais regulamentos serão realizados por Decreto do Chefe do Executivo Estadual.

Art. 8º Essa indicação será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 9º A presente indicação entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 27.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação atende à recomendação da CCJ que se manifestou contrária a projeto de lei com o mesmo teor por entender que haveria vício de iniciativa.

É pelas razões a seguir expostas que fazemos a presente indicação.

São muitos os conflitos decorrentes da interpretação e aplicação dos editais de concursos realizados pelo Estado do Paraná.

A vida recursal administrativa é ineficiente e preponderantemente não adota a solução mais adequada e justa, fazendo com que muitos candidatos tenham que recorrer ao Judiciário, acumulando ainda mais processos nas varas e tribunais.

O comitê que está sendo proposto, funcionará como uma Câmara de Conciliação e Arbitragem onde os recursos serão analisados e julgados.

Esta esfera administrativa não exclui o direito de ir ao Judiciário, mas certamente reduzirá em muito os processos judiciais.

Esta é a intenção do comitê proposto.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 244

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA:

Propõe a prorrogação da licença-maternidade por 180 dias (seis meses) às servidoras públicas do Estado do Paraná e concede incentivo fiscal às empresas privadas que adotarem o mesmo procedimento.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

O Deputado Estadual Hermes Fonseca Filho, se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que as crianças sejam alimentadas exclusivamente com leite materno até os seis meses de idade. Isto porque o leite materno é um alimento completo que contém todos os nutrientes, anticorpos e hormônios necessários para o bom desenvolvimento da criança, contribuindo para a redução dos índices de mortalidade infantil. Após esse período, os especialistas recomendam a amamentação continuada até os dois anos de idade.

De acordo com a divulgação da Ciranda, Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, “o Brasil possui uma média de mortalidade infantil de 29,6 mortos para cada mil nascidos vivos. Mas o Paraná está abaixo dessa média. São 13,71 mortos para cada mil nascimentos...” (Fontes: Folha de Londrina-PR, pág. 06, Mague Gueths; Jornal do Estado-PR, pág. b2; Diário dos



Campos, pág. 2a; O Paraná, pág. 10; Tribuna do Norte, pág.07)

Considero estes índices ainda muito exagerados para o nosso Estado e País.

A literatura médica também diz que quanto maior a proximidade do recém-nascido com a mãe melhor serão seus desenvolvimentos intelectual, físico e psíquico. Os seis primeiros meses são fundamentais para o bem-estar do bebê e da própria mãe. Isso significará que em médio prazo o Estado, além de realizar maior conforto às famílias, estará economizando em saúde ao longo da vida dessas pessoas.

Ao prorrogar a licença-maternidade para 180 dias, o Estado do Paraná estará dando um passo inédito e importante como exemplo de cuidado com o ser humano colocando-o no centro de sua atuação, programa este que servirá como referência ao país.

O presente projeto de lei faz um debate franco sobre um programa de incentivo às empresas, jamais propõe uma lei que venha criar “camisa-de-força” ao obrigar as empresas a adotarem a licença maternidade por 180 dias. Pelo caráter democrático o estratégico da discussão, deverá de ser fácil a aprovação pela Assembleia Legislativa e pela sociedade paranaense. A intenção é conscientizar as empresas das necessidades da aproximação da mãe a seu filho e, concomitantemente, reduzir a zero a taxa de mortalidade infantil no Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 22.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## ***Atas de Comissões***

### ***Orçamento***

#### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de dezembro de 2006, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, com as presenças dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Durval Amaral, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari e André Vargas, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando a palavra ao Deputado Marcos Isfer, Relator do Projeto de Lei nº 487/06, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2007 de que trata a Mensagem nº 63/06. Abrindo o seu parecer o Deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 5701 emendas ao Projeto, 1943 emendas foram acolhidas, sendo 1501 emendas à despesa, 417 emendas ao conteúdo programático e 25 ao texto da Lei. Antes da votação de seu parecer o Deputado Marcos Isfer, agradeceu aos técnicos da Comissão de

Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 487/06, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

### ***Finanças***

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Barbosa Neto, Artagão Junior e Ailton Araujo. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a redação do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2.003. (IPVA). Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Ailton Araujo. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Ademar Traiano solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 171/04, de autoria

do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale Turismo e dá outras providências. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 760/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que institui o desconto no Imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores – IPVA, aos contribuintes que não tenham cometido infrações de trânsito e dá outras providências. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do art. 240, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 – Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. (Licença para assuntos particulares). Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 525/06, de autoria dos Deputados Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que altera o inciso XI, do artigo da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (Isenção – 10 anos de vida útil de motocicleta com 125 cilindradas). Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo

em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 427/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/06. (ICMS). Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

